

## **TERRITÓRIO, MULHERES E SEGURANÇA ALIMENTAR EM COMUNIDADES TRADICIONAIS: UM ESTUDO COMPARATIVO ENTRE GOIÁS (GO) E SERGIPE (SE)**

**TERRITORY, WOMEN AND FOOD SECURITY IN TRADITIONAL COMMUNITIES: A COMPARATIVE STUDY BETWEEN GOIÁS (GO) AND SERGIPE (SE)**

Jorgeanny de Fátima Rodrigues Moreira  
[jorgeanny.moreira@uft.edu.br](mailto:jorgeanny.moreira@uft.edu.br)

Sônia de Souza Menezes Mendonça  
[soniamenezes@academico.ufs.br](mailto:soniamenezes@academico.ufs.br)

### **Resumo**

O artigo proposto tem como objetivo investigar a produção alimentar pelas mulheres em suas roças e quintais em comunidades quilombolas no estado de Goiás e Sergipe. Busca-se analisar como as mulheres, a partir de seus saberes ancestrais de produção não convencional, contribuem para a segurança alimentar das famílias no território Kalunga em Monte Alegre de Goiás, e de algumas comunidades tradicionais, também quilombolas, no território sergipano, a saber: Mussuca em Laranjeiras, Sítio Alto em Simão Dias e Pontal da Barra em Barra dos Coqueiros. A primeira etapa da pesquisa consistiu em um levantamento teórico e conceitual acerca dos temas desse estudo. A segunda etapa baseou-se em pesquisas de campo, em três diferentes oportunidades em seis comunidades. As técnicas para a coleta de dados em campo seguiram o Diagnóstico Rural Participativo (DRP). A aplicação das técnicas de pesquisa permitiu a realização de um confronto teórico metodológico que subsidiasse analisar as atividades desenvolvidas pelas mulheres como práticas sustentáveis, a partir de uma produção não convencional baseada nos saberes tradicionais.

**Palavras-chave:** Quintais Produtivos. Agricultura. Produção de Alimentos.

### **Abstract**

The proposed article aims to investigate the food production by women in their gardens and backyards in quilombola communities in the states of Goiás and Sergipe. It seeks to analyze how women, based on their ancestral knowledge of unconventional production, contribute to the food security of families in the Kalunga territory in Monte Alegre de Goiás, and of some traditional communities, also quilombolas, in the Sergipe territory, namely: Mussuca in Laranjeiras, Sítio Alto in Simão Dias and Pontal da Barra in Barra dos Coqueiros. The first stage of the research consisted of a theoretical and conceptual survey about the themes of this study. The second stage was based on field research, on three different occasions. The techniques for data collection in the field followed the Participatory Rural Diagnosis (DRP). The application of the research techniques allowed the realization of a theoretical and methodological confrontation that would support the analysis of the activities developed by women as sustainable practices based on unconventional production based on traditional knowledge.

Pessoamg

**Keywords:** Productive Backyards. Agriculture. Food Production.

## **Introdução**

O artigo proposto refere-se aos resultados da pesquisa de pós-doutoramento, intitulada *Território, Mulheres e Cultura - o desenvolvimento local em comunidades tradicionais: um estudo comparativo entre Sergipe e Goiás*, realizado no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe (PPGEO/UFS) entre setembro de 2022 e outubro de 2023.

A partir de ações, como pesquisadora e extensionista, desenvolvidas no Território Kalunga no Nordeste Goiano, sobreveio o interesse em investigar algumas situações postas pela própria população local, entre elas a produção alimentar pelas mulheres em suas roças e quintais. No período de estágio de pós-doutoramento, atividades em campo foram realizadas, tanto em comunidades quilombolas do Nordeste goiano como em Sergipe, nesta última em parceria com estudantes do mestrado e doutorado matriculados na disciplina Geografia do Consumo ministrada em conjunto com a professora credenciada ao PPGEO/UFS, supervisora do estágio. Assim como no território Kalunga, a pesquisa em Sergipe teve como público-alvo as mulheres quilombolas que tem a produção alimentar pautada no conhecimento ancestral.

Este artigo tem por objetivo analisar como as mulheres, a partir de seus saberes ancestrais, contribuem para a segurança alimentar das famílias nas comunidades Kalunga no nordeste goiano e de algumas comunidades tradicionais, também quilombolas, do território sergipano.

A primeira etapa da pesquisa consistiu em um levantamento teórico e conceitual acerca dos temas desse estudo, como a origem e situação fundiária das comunidades estudadas, produção, consumo, segurança alimentar e relações de gênero em comunidades tradicionais. A segunda etapa baseou-se em pesquisas de campo, em três diferentes oportunidades no território Kalunga e em outras três nas comunidades quilombolas de Sergipe. Em visitas a campo, acompanhou-se a produção de roças e quintais por mulheres nas comunidades Riachão, Saco Grande e São Pedro no município de Monte Alegre de Goiás, no Território Kalunga; e dialogou-se com mulheres nas comunidades Mussuca, Pontal da Barra e Sítio Alto em Sergipe.

As técnicas para a coleta de dados em campo seguiram o Diagnóstico Rural Participativo (DRP). De acordo com Verdejo (2006, p. 6) o DRP “é um conjunto de técnicas e ferramentas que permite que as comunidades façam o seu próprio diagnóstico e a partir daí comecem a autogerenciar o seu planejamento e desenvolvimento”. As ferramentas utilizadas foram: Observação Participante durante a Caminhada Transversal e Entrevista Semiestruturada com Grupo Focal.

Para Borges (2009), a Observação Participante permite a relação estreita com os sujeitos de pesquisa. É importante para uma compreensão mais ampla dos modos pelos quais determinada sociedade ou grupo pensa e age sobre o seu mundo. Verdejo (2006) argumenta que a Caminhada Transversal é realizada por meio de uma caminhada que percorre o espaço pesquisado e que deve contemplar vários aspectos, tais como: áreas de uso para agricultura, lazer e moradia; características do solo; recursos naturais.

Em todas as oportunidades, foi possível aplicar as Entrevistas Semiestruturadas “em que as questões são direcionadas e previamente estabelecidas, com determinada articulação interna” (SEVERINO, 2007, p. 124). O Grupo Focal foi empregado com o objetivo de compreender as experiências específicas vivenciadas pelo grupo social (GIL, 1987).

A aplicação das técnicas de pesquisa permitiu a realização de um confronto teórico metodológico que subsidiasse analisar as atividades desenvolvidas pelas mulheres como práticas sustentáveis, a partir de uma produção não convencional baseada nos saberes tradicionais. Durante as entrevistas com o grupo focal, as mulheres fizeram apontamentos importantes, que possibilitaram corresponder às práticas agroecológicas como “alternativas à reprodução do modelo tecnológico do agronegócio” que pode integrar, conforme explica Carvalho (2015, p. 83), “fatores produtivos, biológicos, econômicos, sociais e culturais, que considerem tanto o conhecimento científico quanto os conhecimentos seculares das comunidades tradicionais”. Ademais, as práticas tradicionais das

mulheres quilombolas mostraram-se eficazes para a segurança alimentar de suas comunidades, manutenção da cultura e construção de territórios sustentáveis e saudáveis.

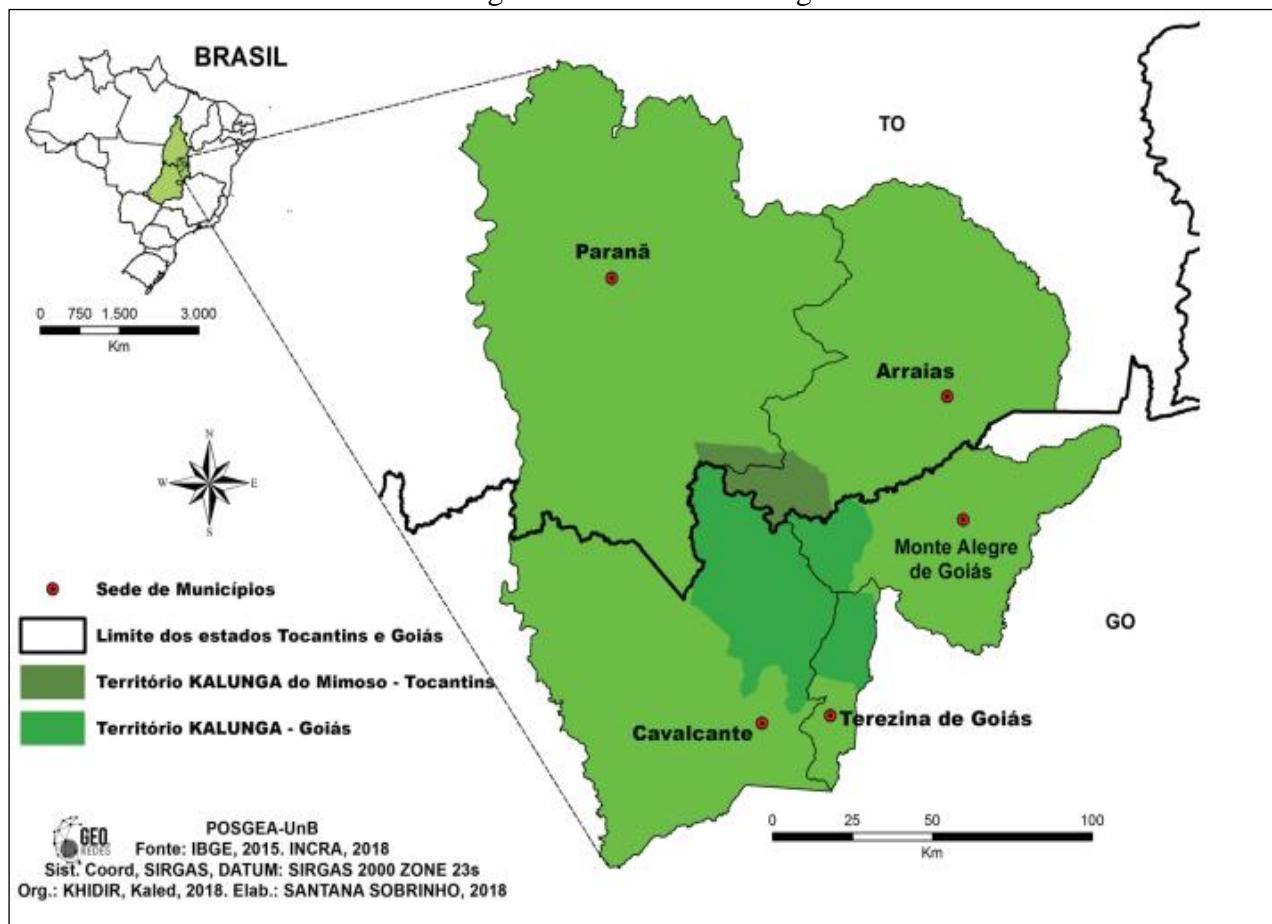
## Resultados e Discussão

### Comunidades quilombolas Kalunga no Nordeste Goiano

96

O território Kalunga está localizado no Sítio Histórico do Patrimônio Cultural Kalunga, criado pela Lei Estadual nº 11.406, de 21 de janeiro de 1991 (GOIÁS, 1991) e regulamentada pela Lei Complementar nº 19, de 5 de janeiro de 1996 (GOIÁS, 1996), sendo denominada pela Fundação Cultural Palmares como uma sociedade de afrodescendentes ou de remanescente de quilombolas, e atualmente representa o maior quilombo no Brasil distribuído em 262 mil hectares. Ainda, conforme a Fundação Palmares (2015), o território é constituído por 39 comunidades, situadas nos municípios de Monte Alegre de Goiás, Teresina de Goiás e Cavalcante, na microrregião da Chapada dos Veadeiros, além do Quilombo Kalunga do Mimoso situado nos municípios de Arraias e Paranã, na microrregião das Serras Gerais, no Estado do Tocantins (Figura 1).

Figura 1: Território Kalunga



Fonte: KHIDIR, 2018.

Com a divisão dos estados de Goiás e Tocantins em 1988, parte do território Kalunga se manteve no sudeste tocantinense. As comunidades localizadas no nordeste goiano tiveram o seu reconhecimento e tornaram-se Sítio Histórico do Patrimônio Cultural Kalunga, conforme legislação acima mencionada. Por outro lado, as comunidades localizadas no Tocantins só foram reconhecidas

pela Fundação Cultural Palmares em 2005, e em 2010 o Governo Federal decretou a criação do Território Quilombola Kalunga do Mimoso distribuído nos municípios Arraias e Paranã, conforme explica Khidir (2018) em sua tese de doutoramento.

Toda a área do território quilombola Kalunga, Goiás e Tocantins, está situado no bioma Cerrado. Almeida (2010, p. 38) descreve a região como “particular pela presença de uma natureza cerradeira dominante”, e “as bacias do rio Paranã e do rio Almas irrigam essas áreas”. Ainda, conforme a autora, o território Kalunga, principalmente nas comunidades quilombolas do nordeste goiano, possui uma “rica toponímia que designa as serras, os rios, os vãos e os agrupamentos de casas, remete-se a uma construção subjetiva, a um símbolo natural ou cultural do lugar em questão” (ALMEIDA, 2010, p. 39).

O território Kalunga possui características geomorfológicas que dificultam a produção agrícola. De acordo com o Zoneamento Geoambiental e Agroecológico de Goiás – Região Nordeste (1995), os solos dessa região dependem de calagem e adubação para o cultivo. Sendo que 52,9% dos solos apresentam baixa fertilidade natural e 75,1% deles necessitam de suprimentos de calcário e magnésio. Isso demonstra que o processo de cultivo nos solos da microrregião da Chapada dos Veadeiros pode ter o custo elevado para a produção em grande escala.

Em algumas comunidades, localizadas em áreas de declive mais acentuado, tanto a pecuária como a agricultura ficam comprometidas pelo relevo acidentado associado a morros e colinas. Foi nesse espaço que as populações negras se estabeleceram, ainda no Período Colonial, em Goiás quando a economia deste estado era baseada na mineração. Após pesquisas realizadas no território Kalunga, Aguiar (2011, p. 10) explica que “com base nas condições de altitude (hipsometria), solos (pedologia) e declividade [...] existe uma predominância de relevos elevados, com alto grau de inclinação, com poucos locais de solos que propiciam melhores condições de produção” (Figuras 2 e 3).

Figuras 2 e 3. Rio Bezerra – Fronteira GO/TO; Caminho entre as moradias na Comunidade Saco Grande em Monte Alegre de Goiás.



Fonte: Fotos autorais, julho/2023.

De acordo com Carril (2006), as formas de apropriação dos recursos naturais nas comunidades tradicionais resultam-se da interação com o ambiente que as famílias encontraram na medida em que se refugiaram em áreas de florestas e matas, à montante de cachoeiras ou em serras. A cultura das populações locais explica-se pela sua relação com a natureza. Almeida (2016), por sua vez, observou particularidades na relação dos moradores dessas comunidades com os seus quintais. A autora explica que

98

[...] o quintal é o espaço singular do entorno das moradias no qual se produz a vida, pelo que se cria, pelo que se cultiva, pelo cuidado em sua manutenção e pelas várias atividades do labor e da socialização cotidianamente ali desenvolvidas. Nas comunidades rurais ele é a transição entre o domesticado e a natureza “mato”, no linguajar dos homens do campo (ALMEIDA, 2016, s/p).

Além das hortas cultivadas em seus quintais, os Kalunga plantam suas roças. Em um rigoroso calendário agrícola cultivam arroz, milho, feijão, abóbora, fumo, cana-de-açúcar e mandioca. A relação destas comunidades com a biodiversidade do Cerrado é peculiar, e representa um elemento importante na construção do território. Almeida (2003, p. 71) observou que este vínculo foi “importante na consolidação do território e na formulação de estratégias de desenvolvimento articulando uma nova relação entre natureza e sociedade em contextos globais da ciência, da cultura e da economia”. Concordamos com a autora no que diz respeito a biodiversidade como território culturalizado, pois é apropriada pela cultura dos povos tradicionais, que desenvolvem estratégias de sobrevivência utilizando os recursos naturais.

### **Comunidades quilombolas em Sergipe**

Durante o período de estágio pós-doutoral foi possível fazer incursões em três comunidades quilombolas a fim de evidenciar confluências entre os povoados de Sergipe e Goiás. Ao contrário dos quilombos de Goiás, localizados em serras e locais mais afastados dos centros urbanos, os territórios quilombolas em Sergipe apresentam certa proximidade com as cidades sergipanas.

A formação destes territórios ocorreu de formas diferentes em cada região do Estado de Sergipe. Muitos deles tiveram início nos séculos XVII com o avanço do cultivo da cana-de-açúcar, e tantos outros surgiram a partir de ocupações de terras após a abolição da escravatura no Brasil, quando muitos recém libertos buscavam por espaços de sobrevivência e autonomia. De acordo com Miranda (2018) as pessoas escravizadas

[...] em Sergipe eram pouco espalhadas, atuando no trabalho da criação do gado e da agricultura de subsistência no início da colonização, principalmente no século XVII. Mas, sua presença tornou-se marcante nos canaviais que começam a ocupar a região da Cotinguiba, do Vaza-Barris e do Piauí (MIRANDA, 2018, p. 5).

A partir de meados do século XIX, a cana-de-açúcar e o desenvolvimento comercial atraíram estrangeiros para Sergipe, ao mesmo tempo que os portos de escoamento para a Europa também constituíam possibilidades de negócios e crescimento econômico. Após a abolição do sistema escravocrata, muitos trabalhadores não foram absorvidos como mão de obra remunerada, e então passaram a compor os quilombos já instalados.

Foi possível visitar, durante as atividades de campo, três comunidades que surgiram de formas distintas e que estão distribuídas em diferentes regiões sergipanas: Mussuca, Sítio Alto e Pontal da Barra (Figura 4)

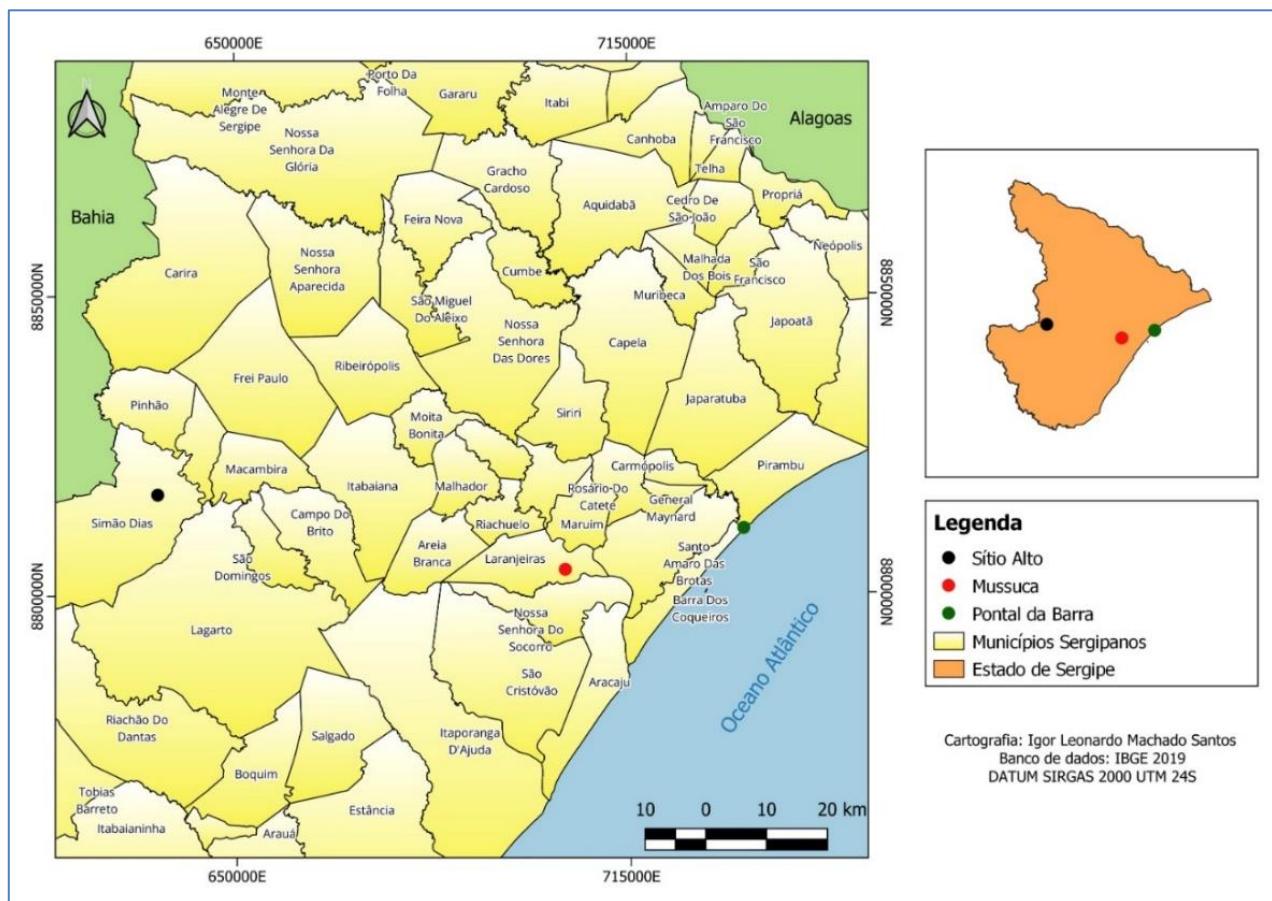
Mussuca é um povoado localizado no município de Laranjeiras, Região Metropolitana de Aracaju, SE. O território surgiu e se caracterizou pela produção de açúcar, sendo um dos principais

redutos canaviais e de engenhos do nordeste durante o século XVIII (MIRANDA, 2018). Com a redução do número de engenhos, no período que compreende 1856 até 1875, essa região desponta-se com a cultura do algodão tendo em vista as características do solo e clima (ALMEIDA, 1992). Tanto, a realidade açucareira como algodoeira emerge do trabalho escravo, uma vez que o negro africano chega ao território sergipano junto com os primeiros colonos, e foram explorados inicialmente com a pecuária e a agricultura (NUNES, 1989). Santos (2019, p. 83) explica que

[...] as condições ambientais, edafoclimáticas da Zona da Mata sergipana, entre São Cristóvão ou entre o Vaza Barris e a foz do rio São Francisco foi a área que sofreu a primeira intervenção/ocupação. Trata-se do domínio da Mata Atlântica, cercada pelos rios Sergipe e Cotinguba, pertencentes à Bacia do Rio Sergipe (SANTOS, 2019, p. 83).

99

Figura 4. Comunidades Quilombolas em Sergipe (SE)



Fonte: MOREIRA, 2023.

A comunidade quilombola de Mussuca tem sua origem nesse território, localizado em um trecho da Mata Atlântica, entre os rios Cotinguiba e o Sergipe, às margens desses rios são encontradas uma variedade de vegetação associada aos sistemas costeiros de Restinga e Mangue. O povoado está “localizado às margens da BR-101, a cerca de 4 Km da sede do município de Laranjeiras, [...] apresenta população estimada em 2 mil habitantes” (MIRANDA, 2018, p. 10).

As condições geoambientais, marcadas pelo clima quente e úmido, solos férteis e com regularidade de chuvas (SANTOS, 2019), permitem o desenvolvimento da agricultura e a criação de animais, além da atividade pesqueira e marisqueira. A história da comunidade é explicada pelos moradores por meio da tradição oral transmitida de geração em geração. Uma das compreensões é de

que o território, que deu origem ao povoado Mussuca, foi uma doação realizada por um fazendeiro da região pós abolição da escravatura à uma senhora escravizada, a quem ele tinha muito estima.

O território doado deu origem à Fazenda de Maria Benguela, e com o passar do tempo, e com o aumento no número de famílias, houve a transformação daquele espaço em um povoado marcado por luta e resistência de um povo que tinha em comum as memórias ligadas à escravidão (MIRANDA, 2018).

Em pesquisa de campo, uma das moradoras explica que no povoado Mussuca se produzia coco, feijão, sal e as atividades pesqueiras para subsistência, e por vezes comercializavam o excedente no centro urbano de Laranjeiras. Na atualidade, os moradores continuam a se dedicar às atividades extrativistas da coleta de mariscos nos espaços recobertos pelos manguezais e a pesca artesanal nos citados rios, além de cultivarem em suas roças e quintais o feijão, o amendoim, a macaxeira e hortaliças.

Em relação às moradias, no povoado Mussuca predomina a formação de núcleo cujas residências estão próximas, é marcado pela presença de comércio, igrejas e instituições públicas como escolas. Há terrenos maiores e aqueles de pequena dimensão a depender do núcleo familiar que ali reside, uma vez que a terra é fragmentada com o crescimento familiar (Figuras 5, 6 e 7). Destarte, é comum um terreno com mais de duas casas, uma vez que os pais doam “pedaços de seus lotes” aos filhos e/ou netos. Uma das características definidoras da identidade desse grupo social são os diversos graus de parentescos entre os moradores. A abertura do processo para reconhecimento e titulação aconteceu em 2005. Em 2006 a comunidade recebeu o reconhecimento pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), mas a titulação continua em processo. Ressalta-se que a posse das terras permite que estas sejam repassadas ou divididas com a prole, mas não existe a possibilidade de contratos de compra e venda.

Figuras 5, 6 e 7. Povoado Mussuca.



Fonte: Fotos autorais, março de 2023.

A segunda comunidade visitada em Sergipe foi Sítio Alto, localizada a sete quilômetros do centro urbano de Simão Dias, ao sudoeste sergipano. Esse território também tem origem no período colonial com a expansão da pecuária. De acordo com Nunes (1989) foi a partir das sesmarias que se origina a propriedade rural sergipana, e nas margens dos latifúndios de cana-de-açúcar e pecuária os colonizadores despossuídos de grandes áreas plantavam outras culturas como o milho, o arroz, a mandioca e o feijão. Ainda, estabelecia-se ali povos originários com o plantio do milho e da mandioca baseado em uma cultura de subsistência (ALMEIDA, 1991). Os aldeamentos indígenas eram, na

medida em que se expandia o domínio colonial, expulsos daquele território, ora para espaços mais periféricos, ora incorporados junto à população negra africana como mão de obra escrava pelo colonizador.

Com o avanço da cana-de-açúcar os rebanhos de gado foram empurrados para o oeste sergipano, os quais se expandiam contrastando as pastagens e cultivos de milho e mandioca. Segundo Sousa (2010, p. 23), “a doação de fazendas para atividade pecuária no sertão, pertencentes a proprietários de engenho do litoral possibilitou o surgimento de povoações na região semiárida e a formação de inúmeras propriedades de gado”.

Pelas narrativas locais, a população do povoado do Sítio Alto é de descendentes dos trabalhadores negros escravizados nas fazendas de cana-de-açúcar e pecuária. Essas fazendas foram transmitidas a herdeiros, e comercializadas para terceiros. Os trabalhadores permaneciam em regime de parceria, ou a chamada “meia”, em que produziam para o empregador, mas possuíam uma pequena parte para sua própria subsistência. Segundo Menezes e Gomes (2016),

[...] a única alternativa para esses homens e mulheres era a de trabalhar nos grandes estabelecimentos rurais para sobreviver. A fazenda Quingibe empregava temporariamente grande parte dos homens, mulheres e jovens moradores de Sítio Alto. Além disso, parte das terras eram disponibilizadas para o plantio de roças. Consequentemente, os trabalhadores eram obrigados a deixar o pasto formado (MENEZES; GOMES, 2016, p. 25-26).

Portanto, as famílias que permaneceram no território continuaram com o antigo laço de empregados e patrões. Estabeleceram-se regimes de compensação para que aquela população permanecesse cultivando a terra, porém sem o direito a ela. Menezes e Gomes (2016) relatam que em 1997 a fazenda, que ainda empregava ou estabelecia regime de parceria com os moradores de Sítio Alto, foi ocupada por integrantes do Movimento Sem Terra (MST). Sendo assim, os moradores passaram a vender a mão de obra nas fazendas do entorno ou até mesmo nas cidades.

A luta pelo direito à terra, pelos moradores de Sítio Alto, iniciou-se em 2014 com a organização da própria comunidade liderada por Dona Josefa. Ela relata que ao receber pesquisadores, médicos e assistentes sociais informou-se sobre os direitos daquela população, que podia ser considerada quilombola. Após pesquisas sobre a sua ancestralidade, a comunidade decidiu lutar pela certificação e titulação do território quilombola no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). A certificação ocorreu em 2014, mas a população ainda aguarda a titulação de suas terras.

Enquanto aguardam a titulação, os moradores de Sítio Alto sobrevivem com o auxílio dos Programas Sociais e com a produção de alimentos nos seus quintais, como empregados nas fazendas do entorno e no comércio das cidades próximas. Em seus lotes diminutos, a população planta, em sistema agroflorestal, hortaliças, raízes, grãos e árvores frutíferas. As moradias são próximas e a comunidade conta com escola para atender as crianças que cursam o Ensino Fundamental I e II (Figuras 8, 9 e 10).

Figuras 8, 9 e 10. Povoado Quilombola Sítio Alto, Simão Dias, SE.



102

Fonte: Fotos autorais, abril de 2023.

A terceira comunidade visitada em Sergipe foi Pontal da Barra que fica localizada no município Barra dos Coqueiros, Região Metropolitana de Aracaju. Conforme o Censo de 2022 há aproximadamente 530 moradores no povoado, entre eles pescadores e marisqueiras, descendentes de indígenas e negros escravizados. “A origem da comunidade remonta ao antigo povoado de Porto Grande e a processos migratórios de núcleos familiares desfavorecidos e marginalizados” (SILVA, 2016, p. 2).

Silva (2016) explica que Porto Grande era um entreposto às margens do Rio Japaratuba, entre os séculos XIX e meados do século XX. Nele era realizado o transporte de mercadorias e de viajantes, principalmente no século XIX quando a escravidão ainda era a principal mão de obra no Brasil. Sendo o principal porto de Sergipe, Porto Grande se beneficiava das riquezas que eram escoadas pelo Rio Japaratuba. Em meados do século XX com o declínio do Porto, a população mais pobre, principalmente descendentes dos negros libertos e dos indígenas, migraram em busca de condições mais favoráveis para a sobrevivência, daí o surgimento do Quilombo Pontal da Barra (SILVA, 2016).

Alguns relatos sugerem que o processo de ocupação tem efervescência nas décadas de 1950 e 1960. Essa população se instalava naquele território em busca de melhores condições de vida como acesso a moradia e trabalho próprios. O processo de adesão à comunidade passava pelo crivo de um dos líderes locais Sr. Piroca e mais tarde, já nas décadas de 1990 e 2000, pela família de Dona Rosa que hoje é uma liderança local. Exigia-se a procedência destes novos moradores, geralmente ligados por parentesco ou amizade àqueles que já residiam em Pontal da Barra.

Os moradores contam sobre as dificuldades em se estabelecer naquele lugar. Até 2009 viviam em barracas improvisadas, sofriam com as chuvas e quando a maré subia, além de perderem todos os pertences nas enchentes, precisavam lutar pela própria vida. Foi a partir do trabalho social de organizações não governamentais, a presença da Universidade Federal de Sergipe e das escolas da região, que as condições de vida em Pontal da Barra passaram a ter visibilidade. A partir daí algumas políticas públicas foram alcançadas como a construção de casas de alvenaria, escolas e posto de saúde (Figura 11).

Figura 11. Casas de alvenaria em Pontal da Barra



Fonte: Foto autoral, abril de 2023.

Em 2006, a comunidade deu início ao processo de demarcação e reconhecimento do território quilombola junto ao INCRA e à Fundação Palmares. Com a consultoria de profissionais da Universidade Federal de Sergipe, o documento protocolado nos órgãos responsáveis reconhecia o vínculo destes moradores com a terra, a descendência de negros e indígenas e a identidade cultural quilombola.

A etapa do processo de titulação das terras já foi publicada no Diário Oficial da União como Concessão de Direito Real de Uso, mas as terras ainda não foram tituladas. Enquanto isso não ocorre, Pontal da Barra é um território em disputa. Relatos confirmam que ainda há interesses de fazendeiros da região, construtoras que almejam a instalação de um empreendimento turístico, o parque eólico e até mesmo as usinas termoelétricas instaladas em área já demarcada pelo INCRA em favor ao Pontal da Barra (Figuras 12 e 13).

Figuras 12 e 13. Território de Pontal da Barra.



Fonte: Fotos autorais, abril de 2023.

Nas incursões à campo foi possível identificar a intrínseca relação dos moradores com o território. As terras não significam apenas o espaço da moradia ou das atividades econômicas desempenhadas, mas representam história, resistência, luta e identidade cultural. Para Moreira (2024), as práticas sociais e culturais nas comunidades quilombolas são elementos importantes para a construção do território. Portanto, o território também é objeto de operações simbólicas e é nele que os atores projetam suas concepções de mundo (ALMEIDA, 2003).

### **Mulheres, quintais produtivos e segurança alimentar nas comunidades tradicionais**

O processo de construção dos territórios quilombolas se deu por meio de luta e resistência. Além de persistirem pela permanência na terra, a população das comunidades estudadas enfrentou o descaso do poder público, o preconceito da sociedade e a exclusão social. A marginalização destes povos os relegou a precariedade de bens essenciais, garantidos pela Constituição Federal de 1988, como moradia, saúde, educação e a segurança alimentar e nutricional. Maluf e Menezes (2014, s/p.) explicam que

A insegurança alimentar pela dificuldade de acesso aos alimentos afeta um contingente significativo da população, mas raramente é identificada como tal nos programas e indicadores oficiais. Ela se deve sobretudo ao preço dos alimentos em face dos demais bens que integram os gastos das famílias, sendo temporária e mesmo sazonal (MALUF; MENEZES, 2014, s/p.).

A Revolução Verde, iniciada ainda na década de 1950, alicerçada na mecanização, uso de insumos industrializados amparada por incentivos e subsídios fiscais, com o objetivo de expandir a

produção de mercadorias destinadas ao mercado externo expropriou famílias campesinas impulsionando o movimento migratório. A justificativa utilizada pela indústria e estados, para estes incentivos, era a expansão da produção de alimentos. Entretanto, revelou-se como uma ameaça à soberania alimentar das famílias brasileiras, uma vez que elevou o preço e dificultou o acesso ao alimento produzido. O avanço da monocultura e a produção voltada para a exportação reforçaram a exclusão e a insegurança alimentar.

Essa conjuntura contribuiu para a invisibilização das comunidades tradicionais, o caso das comunidades quilombolas, caracterizadas pela produção em pequena escala e com técnicas agrícolas não convencionais. Aqueles povos que resistiram ao avanço do agronegócio, permaneceram e lutaram por suas terras, mantém a agricultura não convencional em espaços reduzidos. Concordamos com Macêdo *et. al.* (2024) quando afirmam que há características semelhantes em grande parte das comunidades quilombolas do Brasil, como as ameaças organizadas por empresas privadas, a destruição do meio ambiente, e discriminação racial e social. Acrescentamos ainda, as ameaças advindas pelo avanço do agronegócio com o uso exacerbado de agrotóxicos que afetam os cultivos e as pessoas. Mas, as comunidades quilombolas resistem nos seus territórios a partir da apropriação da natureza, para a sobrevivência e reprodução da cultura camponesa. Com base nessa premissa, identificamos o papel das mulheres quilombolas na condução da segurança alimentar, e pela resistência frente a modernização do campo e invasão de alimentos industrializados/multiprocessados em suas comunidades. Ao permanecerem e lutarem pelo direito à terra, também promovem uma produção voltada para o autoconsumo, defesa do meio ambiente e uma produção sustentável para garantirem a segurança alimentar. Ressaltamos que

105

A segurança alimentar e nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares saudáveis, que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis (BRASIL, 2006, p.1).

Ressaltamos que nas comunidades tradicionais o acesso aos alimentos é baseado em práticas que respeitam a diversidade cultural e social da população. As práticas não convencionais de agricultura corroboram para as práticas agroecológicas e dos sistemas agroflorestais ambientalmente sustentáveis, dispondo de alimentos essenciais para a segurança alimentar e nutricional dos quilombolas. Carril (2006) entende que

[ ] o tema quilombo como todo tema ligado à diversidade cultural ou às culturas consideradas tradicionais, [...] convida, e, sobretudo, no campo da geografia, a uma relação específica quanto ao uso diferenciado dos recursos naturais, e, frequentemente, na contramão daquele que a sociedade dominante empreende ao apropriar-se dos mesmos recursos (CARRIL, 2006, p. 164).

Os usos dos recursos naturais nestes espaços são diferentes daqueles estabelecidos pela agricultura convencional que tem sua produção mediada por mecanização, fertilizantes, agrotóxicos e irrigação automatizada que enfraquecem o solo, contaminam o lençol freático e envenenam alimentos e água. As plantações no modelo convencional seguem a lógica do capital que valoriza a monocultura e *commodities*, em detrimento da diversidade e variedade da produção alimentar. Já nas comunidades tradicionais os ambientes de cultivo familiar possuem áreas de 500 metros quadrados a 1 hectare, muitas vezes apenas quintais de moradias, mas que abastecem as comunidades locais com uma produção diversificada de grãos, hortaliças e frutas. Souza e Menezes (2024, p. 110) chamam a atenção para os quintais produtivos como “instrumento de (re)existência, agrobiodiversidade e promoção da segurança alimentar e nutricional”. Para os autores, a produção nestes espaços, além de

representar o cultivo de alimentos a partir de um saber fazer ancestral, abastece pequenos mercados e permite a segurança alimentar da população local.

Observamos que nos espaços circunscritos à casa, os quintais, as mulheres representam liderança e desempenham papel fundamental na produção destinada ao autoconsumo. A organização social, produção e reprodução do espaço aparecem sutilmente mediatizada pela condição masculina ou feminina. O pertencimento a uma ou a outra determina o espaço a ocupar: o espaço físico, o espaço político, o espaço de relações, o espaço econômico, o espaço público, o espaço privado e o espaço doméstico. Determina, também, as condições de uso deste espaço. Nas comunidades evidenciadas, as mulheres ocupam e conduzem para além do espaço doméstico, lideram os grupos no espaço público ao organizar politicamente, assim como, cabe a elas o trabalho reprodutivo atrelado aos papéis de gênero. O trabalho doméstico está naturalizado e sexualizado, é considerado, do ponto de vista social, um atributo feminino. Nessas comunidades tradicionais, cabem às mulheres o trabalho reprodutivo que se configura nos cuidados com a família, a criação dos filhos e o trabalho doméstico (FEDERICI, 2021). Em Moreira (2024) alertamos que

106

Além de se dedicarem ao trabalho doméstico, as mulheres do campo também plantam e colhem os alimentos de suas hortas, possuem animais domésticos que comercializam em suas comunidades e/ou consomem em suas casas, e produzem alimentos com frutos extraídos da natureza. Estas atividades garantem a segurança alimentar das comunidades, mas raramente promovem a autonomia financeira destas mulheres (MOREIRA, 2024, p. 116).

Em consonância, as atividades desenvolvidas pelas mulheres são compreendidas como complemento, “ajuda”, ou uma extensão da vida doméstica. Almeida (2016, s/p) explica que “às mulheres [...] cabe um grande encargo para assegurar a educação dos filhos, dos cuidados domésticos e a alimentação básica diária para a família”, e continuam sendo compreendidas apenas como uma “ajuda”, mas não como provedoras.

Nas comunidades quilombolas de Monte Alegre de Goiás, observamos a participação efetiva das mulheres na tomada de decisões, e assumindo postos de liderança como a matriarca Iaiá Procópia, da comunidade Riachão, que luta pelo reconhecimento e titulação das terras do território Kalunga, já que apenas 34 mil hectares, dos 262 mil, foram titulados. Iaiá Procópia é considerada a principal liderança Kalunga, e por meio de sua incisiva participação política conquistou o direito à água tratada, energia elétrica, escolas e transporte para o território. Por seu legado, a matriarca recebeu o título Doutora Honoris Causa da Universidade Estadual de Goiás aos 93 anos de idade.

Em uma de nossas visitas, a matriarca relata o papel das mulheres Kalunga na luta pela sobrevivência em terras tão hostis. O clima da região é caracterizado pelas estações seca e chuvosa. Entre os meses de abril e setembro, o nordeste de Goiás apresenta o menor índice pluviométrico (abaixo de 1250 mm) (NOVAIS, 2021). No período chuvoso, a população enfrenta problemas com inundações devido à proximidade com os rios Paranã e Bezerra (GO/TO). Em decorrência, as comunidades desse território lidam com as vulnerabilidades naturais, e com base na resistência e resiliência, o povo Kalunga desenvolveu estratégias para retirar do ambiente natural do Cerrado os recursos necessários para a sobrevivência. Ainda que as características geomorfológicas sejam hostis para a produção agrícola e criação de gado de corte, os Kalunga cultivam a terra e criam bovinos. Em seus quintais, as mulheres cuidam de animais domésticos como galinhas, porcos e vacas, realizam atividades extrativistas de frutos do Cerrado (baru, cagaita, mangaba, cajuzinho do Cerrado, plantas medicinais para a fabricação de raizadas/garrafas), e mantêm hortas onde cultivam raízes, milho, cana-de-açúcar e hortaliças.

Para Almeida (2016, p. 147) o quintal é o “espaço de reprodução da mulher, por excelência, sobretudo com as atividades consideradas como da mulher: cozinhar, cuidar da ordem e limpeza do lar, dos filhos e marido, providenciar e assegurar a saúde, educação, vestuário e segurança alimentar

da família”. A autora revela que “na visão masculina, trata-se de um espaço amorfo, indiferenciado, dependente. É o espaço do não trabalho, um espaço à margem da economia, o espaço dos ‘inativos’. Aparece com um espaço sem valor” (ALMEIDA, 2018, p. 348). Todavia, nas comunidades quilombolas visitadas, o trabalho realizado pelas mulheres em seus quintais representa autonomia, sustento, produção saudável e sustentável. As atividades realizadas são imbuídas de conhecimentos transmitidos pelas mães e avós. Menezes e Almeida (2022) apontam que os quintais conformam espaços onde os saberes são transmitidos por diferentes gerações, expressam as vivências, os fazeres, os cotidianos. As autoras entendem que os espaços circunscritos das casas, e administrados pelas mulheres, representam estratégias para garantir a segurança alimentar de suas famílias, em razão do autoconsumo e da produção sustentável.

Portanto, as práticas tradicionais se fortalecem devido o valor dado à ancestralidade. No território Kalunga o trabalho é realizado de forma comunitária, cooperativa e baseado na sociabilidade e solidariedade. As mulheres se dedicam a transmitir os saberes, como a produção da farmacopeia, da farinha e da rapadura aos mais jovens. A variedade de hortaliças, raízes e plantas medicinais complementam o sistema agroflorestal que também é composto por árvores frutíferas do Cerrado: cagaita, baru, mangaba, jatobá, cajuzinho do cerrado, além da banana, manga, acerola e goiaba (Figura 14). As mulheres Kalunga dominam a arte de preparar doces, geleias, compotas, bolos e pães com estes frutos. A criação de animais permite abastecer as cozinhas de ovos, carnes e queijos. Entre os meses de janeiro e março, o milho, que foi plantado entre os meses de outubro e dezembro, é transformado, por meio do saber-fazer destas mulheres, em pamonha. A produção da pamonha nas comunidades rurais do estado de Goiás representa o momento de confraternização, de reunião dos membros da família, amigos e vizinhos permeado por laços de amizade e sociabilidade (MENEZES e ALMEIDA, 2021).

Figura 14. Mulher Kalunga trabalhando em quintal na comunidade Saco Grande, Monte Alegre de Goiás.



Fonte: Foto autoral, jul. 2022.

Revista Interface, Edição nº 29, Junho de 2025. p. 94 – 115

Em relação a produção alimentar nas comunidades visitadas em Sergipe, a realidade não é diferente daquela observada em Goiás. O que as diferem são as características geomorfológicas e pedológicas, além da distância do centro urbano. No território Kalunga, a distância da cidade inviabiliza idas constantes para compra de medicamentos e alimentos industrializados. Portanto, a entrada de alimentos industrializados, ainda que comum, é mais restrita que nas comunidades quilombolas de Sergipe. Em Mussuca no município de Laranjeiras, o acesso à alimentação industrial é intenso, haja vista a proximidade com o centro urbano, a presença de pontos comerciais como vendas, armazéns e mercados no próprio povoado. Apesar das condições climáticas e geomorfológicas serem propícias para a agricultura e pastoreio, a população encontra entraves para a produção em escala comercial, uma vez que os latifúndios se espraiam na região limítrofe ao povoado.

A produção no Mussuca é limitada aos quintais que contêm variedade de hortaliças, macaxeira, feijão, fava, amendoim e árvores frutíferas como a banana, a acerola, o coco, o caju e a goiaba. A pesca é uma atividade tradicionalmente realizada prioritariamente por homens e algumas mulheres, todavia, elas dedicam-se especialmente a coleta de mariscos nos manguezais. O pescado e os mariscos constituem uma fonte de renda para as famílias. Esses alimentos são considerados alimentos essenciais no povoado, e junto com a farinha e a macaxeira são iguarias importantes para a segurança alimentar e nutricional. O excedente é comercializado nas feiras de Laranjeiras, ou no próprio povoado. É da alcada das mulheres lidarem com o que é produzido e comercializado como pequenos animais, alimentos e produtos fabricados por elas - a farinha de mandioca, o queijo, bolos, doces e a farinha/goma de tapioca. Devido ao fácil acesso aos fármacos, o consumo de plantas medicinais é bastante reduzido, mas há a presença de ervas como capim-santo, hortelã e erva-cidreira (Figuras 15 e 16).

Figuras 15 e 16. Quintal produtivo e amendoim produzido em Mussuca



Fonte: Fotos autorais, mar. 2023.

No caso de Sítio Alto, no município de Simão Dias em Sergipe, os quintais produtivos estão às margens das plantações pelo agronegócio. Os moradores relatam que as fazendas eram baseadas na pecuária, algumas roças de feijão e algodão, mas, atualmente é marcada pela plantação de milho, que nas palavras de alguns está “envenenado”. O envenenamento a que se referem trata-se do uso indiscriminado de agrotóxicos e fertilizantes. Outro fato, mencionado pela população de Sítio Alto, é o uso de sementes geneticamente modificadas nos grandes estabelecimentos rurais circundantes vinculados a produção em grande escala.

Na contramão, das fazendas do entorno, a comunidade tem uma diversidade de plantas em suas roças e quintais - de até mil metros quadrados. O sistema agroflorestal é o modelo adotado pelos produtores de Sítio Alto. Liderados por Dona Josefa, os quilombolas plantam banana, laranja, limão, abóbora, mandioca, acerola, goiaba, coco, feijão, fava, tomate, quiabo, jiló, inhame e batata doce. Essa cultura harmoniza a paisagem junto às mangueiras e cajueiros espalhados pelos quintais (Figuras 17 e 18).

Figuras 17 e 18. Quintais produtivos em Sítio Alto; Fazendas no entorno de Sítio Alto, Simão Dias – SE.



Fonte: Fotos autorais, abr. 2023.

As plantas medicinais também são comuns nestes quintais, como alecrim, hortelã, mastruz, boldo, erva-cidreira e capim-santo. Durante as entrevistas com grupo focal, Dona Josefa relata que os remédios caseiros são pouco utilizados pela comunidade, tendo em vista o fácil acesso às farmácias do centro urbano. Todavia, ainda persistem na plantação algumas ervas em caso de emergência. Nos quintais há também a diversidade de animais domésticos como suínos e galináceos que são tratados pelas mulheres, e garantem às famílias quilombolas ovos e carne. Aquilo que é considerado resto não é descartado, pois são aproveitados como alimentos para estes animais.

Dona Josefa, com o apoio de outros moradores, iniciou um banco de sementes crioulas com o objetivo de preservar a alimentação tradicional dos quilombolas e conservar a cultura de alimentos livres de mutações genéticas. Maluf e Menezes (2014) explicam que

Cada sociedade, ao longo da sua história, construiu (e continua a construir) um conjunto de práticas alimentares que constituem seu patrimônio cultural. São estas tradições, peculiares a cada grupo social, que permitem às pessoas se reconhecerem como integrantes do mesmo tecido social. Estas escolhas alimentares e estas práticas de cozinha estiveram sempre associadas à região e às condições locais de existência. Dentre todos os elementos que compõem a cadeia alimentar são as diferentes cozinhas que melhor exprimem as tradições e costumes de uma sociedade (MALUF; MENEZES, 2014, s/p).

110

Ao construir um banco de sementes, a comunidade busca valorizar o seu patrimônio cultural, assegurar suas tradições alimentares e disseminar a produção agrícola sustentável. As sementes crioulas caracterizam-se como sementes da biodiversidade, pois são um patrimônio essencial, que representam características naturais e culturais de uma sociedade, sendo moldadas através de um processo consciente de escolha (MEIRA, 2021). Para garantir a disseminação, as comunidades guardam, trocam, usam e até vendem as sementes crioulas. Dona Josefa relata que no caso de Sítio Alto, há a troca e doação destas sementes com outras comunidades (Figuras 19 e 20).

As sementes armazenadas pertencem ao hábito alimentar da comunidade quilombola: milho, fava, feijão branco, feijão vermelho, feijão de corda. Há variedade de milho, entre eles o milho dentado, milho doce e o milho vermelho. É importante destacar que essas sementes não sofreram modificações genéticas e não tiveram contato com agrotóxicos ou fertilizantes. São utilizadas em um manejo desenvolvido pela própria comunidade seguindo o modelo agroecológico, tal fato “contribui para que o meio ambiente fique em equilíbrio tanto com relação ao ecossistema como em relação à saúde do ser humano, eis que respeita o tempo da natureza, retirando somente o que a natureza é capaz de repor” (MEIRA, 2021, p. 89).

Figuras 19 e 20. Banco de Sementes Crioulas; Entrevista com Grupo Focal.  
Sítio Alto, Simão Dias, SE.



111

Fonte: Fotos autorais, abr. 2023.

Em Pontal da Barra, no município Barra dos Coqueiros, a plantação de hortaliças, raízes e frutas é mais reduzida que nos outros dois territórios sergipanos apresentados. A produção está concentrada na pesca, uma vez que a comunidade é de quilombolas pescadores e marisqueiras. Dona Rosa, a matriarca de Pontal da Barra, explica que nos quintais há hortaliças, frutos, raízes e plantas medicinais, mas que essa produção é destinada para o autoconsumo. Questionada sobre a alimentação escolar, ela informa que uma das lutas da população é para que a merenda das crianças seja do hábito alimentar local, como o cuscuz, a macaxeira, o queijo e os frutos como caju, mangaba, coco e umbu-cajá. Dona Rosa menciona o fato de que houve a restrição na alimentação dos quilombolas quando a expansão do mercado se apropriou do território de Pontal da Barra, especialmente para o cultivo de camarão. Almeida e Menezes (2022) explicam que

[...] verifica-se a expansão da carcinicultura nas comunidades tradicionais litorâneas, atividade que se apropria do território e dos recursos naturais existentes nas restingas e manguezais e dos espaços utilizados anteriormente para o cultivo de arroz. A criação de camarão provoca o arrefecimento de áreas utilizadas para as atividades extractivas pesqueiras, com a redução do território, e reflete na soberania alimentar, alterando os hábitos alimentares e repercutindo na insegurança alimentar nutricional dos povos tradicionais pesqueiros (MENEZES; ALMEIDA, 2022, p. 83).

Diante do exposto, a atividade pesqueira de Pontal da Barra passa a ser destinada para atender a demanda do mercado e tentar competir com as empresas de carcinicultura. Os homens vão para o mar, e as mulheres ficam responsáveis por pescar/limpar os mariscos e catar caranguejo. Estas

trabalhadoras não estão organizadas em cooperativas ou associações, e comercializam o que pescam nas feiras ou nos galpões espalhados por Barra do Coqueiro. Muitas vezes, elas entregam essa mercadoria para intermediários que lhes pagam valores bem aquém daqueles negociados no mercado e nos restaurantes. A pesca nem sempre é rentável, já que dependem da sazonalidade, mas o mar e os mangues representam a sobrevivência e fazem parte da cultura da população de Pontal da Barra. A prática de pesca e comercialização de mariscos “está permeada de relações simbólicas, culturais e identitárias, utilizadas prioritariamente para a produção de alimentos” e geração de renda para as mulheres (SOUZA E MENEZES, 2024, p. 120).

O papel das mulheres na produção dos quintais, na pesca e na comercialização é essencial para a comunidade. Além das mulheres marisqueiras de Pontal da Barra, há no município de Barra dos Coqueiros uma associação de catadoras de mangaba. As extrativistas, nem todas se identificam como quilombolas, estão organizadas e apoiadas pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), e tem na mangaba a geração de trabalho e renda. Com o fruto fabricam trufas, cocadas, balas, bolos, biscoitos, doces, licores e geleia, e atualmente comercializam e distribuem os seus produtos pelo *e-commerce*, para o mercado sergipano de forma direta, em feiras e mercados locais em circuitos curtos de comercialização.

Sobre os Circuitos Curtos de Comercialização (CCC), Menezes e Almeida (2020) explicam que são caracterizados pela venda direta feita pelo agricultor, ou de forma indireta quando há um intermediário entre o produtor e o consumidor, o feirante. Ainda que a produção nas comunidades quilombolas do território sergipano seja para o autoconsumo, verifica-se a comercialização do excedente em pequenas feiras locais em Laranjeiras, Simão Dias e Barra dos Coqueiros em circuitos curtos. Os quintais produtivos revelam-se importantes exemplos da agrobiodiversidade, e serve como geração de renda para as mulheres quilombolas.

A agrobiodiversidade pode ser compreendida como o “produto de intervenção do homem nos ecossistemas: de sua inventividade e criatividade na interação com o ambiente natural” (SANTILLI, 2009, p. 94) e evidencia-se pelos processos culturais e conhecimentos desenvolvidos pelos agricultores. Menezes e Almeida (2022, p. 88) identificaram que “para além da agrobiodiversidade, comprova-se a relação íntima com o meio ambiente: as mulheres aproveitam os resíduos de alimentos, os restolhos das cascas de frutas, legumes e verduras para alimentar os animais (aves e suínos)”. Portanto, no modelo agrícola e de produção das mulheres quilombolas, em seus quintais produtivos, nada se deteriora, tudo se aproveita, o que denota a contribuição e a defesa de territórios sustentáveis.

## **Considerações Finais**

A constituição dos quilombos em Goiás e Sergipe tiveram formas diferentes de ocupação, reconhecimento e titulação. Em Sergipe, os territórios quilombolas encontram-se espalhados pelos biomas Caatinga e Mata Atlântica e em Goiás o território Kalunga ocupa o Cerrado. Este último encontra um ambiente hostil para a agricultura, tendo em vista a sua localização em áreas de declive acentuado como serras, morros e colinas. Os solos da região apresentam baixa fertilidade e necessitam de investimentos elevados para a produção. Ademais, as comunidades estão distantes do centro urbano. A dificuldade de acesso às cidades e o alto custo do transporte intensifica a necessidade de os quilombolas Kalunga usufruírem daquilo que a natureza dispõe. Em um rico calendário agrícola, eles plantam suas roças e produzem suas hortas, e ainda possuem intrínseca relação com as plantas medicinais encontradas no mato e cultivadas nos quintais.

Embora as comunidades do território sergipano estejam localizadas próximas ao centro urbano, e possuírem solo e clima favoráveis à agricultura, enfrentam obstáculos que tem origem em todo o processo histórico de constituição. A expansão do agronegócio e monoculturas excluiu a população quilombola do trabalho, que antes era realizado em fazendas do entorno, e dificultaram o acesso ao alimento. As rupturas com as tradições alimentares são expressivas no mundo inteiro, e já

se tornou comum também nas comunidades quilombolas. Refrigerantes, salgadinhos, doces processados, iogurtes industrializados e macarrão instantâneo são itens consumidos pelas populações dos territórios visitados. Estes alimentos, com baixo teor de nutrientes, atraem o consumidor pela facilidade de acesso e preços atrativos. Em oposição, os alimentos tradicionais como o cuscuz, a tapioca, o queijo e a farinha de mandioca, que tem todo o seu processo elaborado pelas mulheres quilombolas, são hábitos alimentares regionais baseados na resistência e resiliência das populações das comunidades tradicionais.

Nos estados de Sergipe e Goiás, assim como nos demais estados do país, avança o paradigma hegemônico que visa a produção de *commodities* e de mercadorias, em detrimento de alimentos tradicionais que servem ao consumo de suas populações locais. As comunidades quilombolas embora, detenham de diminutos espaços para o cultivo, se alimentam e ainda conseguem comercializar nos circuitos curtos, com vistas a geração de renda e contribuem para a construção de territórios saudáveis e sustentáveis.

Enquanto o alimento ganha o sentido de mercadoria movido pela lógica do capital, nessas comunidades os alimentos produzidos têm especialmente valor de uso para o autoconsumo e revelam-se importantes para a manutenção das tradições e para o sentido de comunidade. Por fim, o papel social das mulheres na reprodução da vida, dos saberes e da cultura são fundamentais para a manutenção e segurança alimentar de seus territórios.

## **Referências**

- AGUIAR, Vinicius Gomes. Sítio Histórico Kalunga (GO): relevo e sua relação com o uso e ocupação das terras. In **XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais: diversidades e (des) igualdades**. Salvador, BA: Universidade Federal da Bahia, 2011, 11p. Disponível em: [https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/133/o/vinicius\\_territorio.pdf](https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/133/o/vinicius_territorio.pdf)
- ALMEIDA, Maria da Glória Santana de. **Nordeste açucareiro:** desafios num processo do vir-a-ser capitalista (1840 - 1875). 1992. 321 f. Dissertação (Mestrado em História) — Universidade de Brasília, Brasília, 1992.
- ALMEIDA, M. G. de. Quintais rurais e a visibilidade do trabalho e saberes das mulheres quilombolas e assentadas – Goiás. In: ALMEIDA, Maria Geralda de. **Geografia Cultural:** um modo de ver. Goiânia: Ed. UFG, 2018.
- ALMEIDA, Maria Geralda. Comunidades tradicionais quilombolas do nordeste de Goiás: quintais como expressões territoriais. In: **Confins**, [s.l.], n. 29, 2016. DOI: <https://doi.org/10.4000/confins.11392>
- ALMEIDA, Maria Geralda. Territórios de Quilombolas: pelos vãos e serras dos Kalunga de Goiás – patrimônio e biodiversidade de sujeitos do Cerrado. In **Ateliê Geográfico**. Edição Especial. V. 1, n. 9, fev. 2010. ISSN 1982-1956.
- ALMEIDA, Maria Geralda. Cultura ecológica e biodiversidade. In: **Mercator - Revista de Geografia da UFC**, Fortaleza, ano 2, n. 3, p.71-82, jun./jul. 2003.
- BORGES, Maristela Corrêa. Da Observação Participante à Participação Observante: uma experiência de pesquisa qualitativa. In RAMIREZ, Julio César. L; PESSÔA, Vera Lúcia S (Orgs.). **Geografia e Pesquisa Qualitativa:** nas trilhas da investigação. Uberlândia: Assis, 2009
- BRASIL. Diário Oficial da União. **Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006.** Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Brasília; 2006. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2006/Lei/L11346.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11346.htm)

BRASIL. Fundação Cultural Palmares. **Certidões expedidas às comunidades remanescentes de quilombolas.** Disponível em: [https://www.gov.br/palmares/pt.br/departamentos/protecao-preservacao-e-articulacao/copy\\_of\\_CRQs\\_CERTIFICADAS.\\_versao\\_31\\_01\\_241.pdf](https://www.gov.br/palmares/pt.br/departamentos/protecao-preservacao-e-articulacao/copy_of_CRQs_CERTIFICADAS._versao_31_01_241.pdf)

CARRIL, Lourdes de Fátima B. Quilombo, Território e Geografia. In: **Agrária**, São Paulo, n. 3, p. 156-171, 2006. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/agraria/article/view/92/91>

CARVALHO, Ludmilla Luciano de. Agricultoras familiares: resistência e construção de alternativas ao agronegócio. In: HORA, Karla; REZENDE, Marcela; MACEDO, Gustavo (Orgs.). **Coletânea sobre estudos rurais e gênero.** Prêmio Margarida Alves 4ª Edição. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2015.

FEDERICI, Silvia. **O patriarcado do salário:** notas sobre Marx, gênero e feminismo. V.1. São Paulo: Boitempo, 2021.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** São Paulo: Atlas, 1987.

GOIÁS. **Lei nº 11.409, de 21 de janeiro de 1991.** Dispõe sobre o Sítio Histórico e Patrimônio Cultural. 1991. Disponível em: [https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/133/o/lei\\_11.409-91.pdf](https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/133/o/lei_11.409-91.pdf)

GOIÁS. **Lei complementar n.º 19, de 05 de janeiro de 1996.** Dispõe sobre sítio histórico e patrimônio cultural que especifica. 1996. Disponível em: <https://cpisp.org.br/leicomplementar-n-o-19-de-05-de-janeiro-de-1996/>

GOIÁS. **Zoneamento Geoambiental e Agroecológico do Estado de Goiás:** Região Nordeste. Rio de Janeiro: IBGE, 1995.

KHIDIR, Kaled Sulaiman. **Práticas Socioculturais Quilombolas para o Ensino de Matemática:** mobilizações de saberes entre Comunidade e Escola. 2018. 190 f. Tese (Doutorado em Educação em Ciências Matemáticas) - Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Matemáticas, Instituto de Educação Matemática e Científica, Universidade Federal do Pará, Pará.

MACÊDO, Maria Clara M; JESUS, Sophia Santos; ESPINOZA, Fran. Comunidades quilombolas em Sergipe e a demarcação de terras: reflexões sobre os avanços e dificuldades: o caso do quilombo Pontal da Barra/SE. In: **XIII Encontro de Pesquisa Empírica em Direito.** Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/xiii-eped/853464-comunidades-quilombolas-em-sergipe-e-a-demarcacao-de-terrass--reflexoes-sobre-os-avancos-e-dificuldades-o-caso-do/> Acesso em 30 de setembro de 2024.

MALUF, R. S; MENEZES, F; MARQUES, S. B. Caderno ‘Segurança Alimentar’. In: **DHNET – Direitos Humanos.** Disponível em: <https://www.dhnet.org.br/direitos/sos/alimentacao/tconferencias.html>

MEIRA, Victor Augusto de Oliveira. As sementes crioulas na agricultura tradicional e sua importância para a agrobiodiversidade. In: **Revista de Direito Ambiental e Socioambientalismo | e-ISSN: 2525-9628 | Encontro Virtual | v. 7 | n. 2 | p. 77 – 96 | Jul/Dez. 2021.**

MENEZES, Sônia de Souza Mendonça; ALMEIDA, Maria Geralda. O cultivo de alimentos nos quintais e a comercialização nos circuitos curtos. In: **Revista GeoNordeste**, São Cristóvão, Ano XXXIII, n. 2, Edição Especial. Dezembro, 2022. p. 77-94. ISSN: 2318-2695.

MENEZES, Sônia de Souza Mendonça; ALMEIDA, Maria Geralda. Pamonha, alimento identitário e territorialidade. In: **Mercator**, Fortaleza, v.20, 20002, 2021, <https://doi.org/10.4215/rm2021.e20002>.Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mercator/a>.

MENEZES, Sônia de Souza Mendonça; ALMEIDA, Maria Geralda. A produção de alimentos nos espaços circunscritos da casa e a comercialização nos circuitos curtos. In: Menezes, Sônia de Souza

Mendonça (org.). **Novos usos do Espaço Rural e suas Resiliências:** Transformações e Ruralidades em Goiás, Minas Gerais e Sergipe / Organizadores: Sônia de Souza Mendonça Menezes; Maria Geralda de Almeida; José Antônio Souza de Deus. – 1. ed. – Aracaju, SE: Criação Editora, 2020.

MENEZES, Sônia de Souza Mendonça; GOMES, Robertta de Jesus. Tradições, saberes e fazeres do coração-de-negro Sítio Alto (Simão Dias/Sergipe). In: FAGUNDES, Andressa; FAGUNDES, Rita; MENEZES, Sônia de Souza Mendonça. **Cultura, tradições e segurança alimentar da comunidade de Sítio Alto.** Aracaju, J. Andrade, 2016.

MIRANDA, Fernando Gonçalves. **Memória das árvores:** um estudo etnoarqueológico na Mussuca (Laranjeiras/SE). 2018. 25 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arqueologia) - Departamento de Arqueologia, Campus de Laranjeiras, Universidade Federal de Sergipe, Laranjeiras, 2018.

MOREIRA, Jorgeanny de Fátima R. Mulheres, Geografia e Saúde: plantas medicinais e benzeção como alternativas de cura no território Kalunga. In **Boletim Goiano de Geografia.** 2024, v.44: e 77972. Disponível em:

MOREIRA, Jorgeanny de Fátima R. Mulheres, Território e Cultura: a produção de alimentos nas comunidades quilombolas Kalunga de Monte Alegre de Goiás. In: SILVA, José Natan Gonçalves; OLIVEIRA, Débora Paula de A.; MENEZES, Sônia de Souza M. **Territórios Alimentares do Brasil:** tecendo o diálogo entre a produção, a circulação e o consumo. 1. ed. Aracaju, SE: Criação Editora, 2024.

NOVAIS, Giuliano Tostes. Classificação Climática aplicada ao Estado de Goiás e ao Distrito Federal, Brasil. **Boletim Goiano de Geografia,** Goiânia, v. 40, n. 01, p. 1–29, 2021. DOI: 10.5216/bgg.v40i01.62297. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/bgg/article/view/62297>

NUNES, Maria T. **Sergipe Colonial I.** Sergipe: UFS: Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

SANTILLI, Juliana. **Agrobiodiversidade e direitos dos agricultores.** São Paulo: Peirópolis, 2009.

SANTOS, José Augusto Menezes. **A luta do povo quilombola, Mussuca:** organização política e resistência em Sergipe. Mestrado [Dissertação]. Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, SE, 2019. 127 f.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico.** São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Gustavo Augusto Fonseca. **Quilombo Pontal da Barra.** Belo Horizonte: FAFICH, 2016.

SOUSA, A. L. Fios do inesperado e da resistência: negros, índios, mestiços e mulheres em Sergipe no século XIX. In: \_\_\_. **Temas de História de Sergipe II.** São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe/CESAD, 2010.

SOUZA, Felipe da Fonseca; MENEZES, Sônia de Souza Mendonça. Agrobiodiversidade e (re)existências: circuitos curtos dos quintais produtivos no município de Itapicuru/BA. In: CHELOTTI, Marcelo Cervo; MENEZES, Sônia de Souza Mendonça; CALDAS, Alcides; FRANZ, Juliana Cristina; DEUS, José Antônio Souza. **Alimentos na perspectiva geográfica:** questões teóricas e temas emergentes. [livro eletrônico]. Santa Maria, RS: Arco Editores, 2024.

VERDEJO, Miguel Expósito. **Diagnóstico Rural Participativo:** Guia Prático DRP. Brasília: MMA, Secretaria de Agricultura Familiar, 200

Recebido para publicação em fevereiro de 2025.

Aprovado para publicação em junho de 2025.